

Revolta no enterro de recruta

HERBERTH GOMES

O soldado do Exército Expedito Camelo de Souza, 20 anos, assassinado na Micarecandanga, na madrugada de sábado, pelo policial civil Reinaldo Barros Miranda, 28 anos, foi sepultado ontem no Cemitério Campo da Esperança com a presença de cerca de 200 pessoas. O enterro foi marcado pela revolta e comoção dos familiares e dos amigos de Expedito. Em seguida, portando faixas e cartazes, eles foram ao Palácio do Buriti para pedir justiça. Uma comissão foi formada e encaminhada para ser atendida pelo secretário de Segurança Pública em exercício, Darci Souza.

Expedito foi velado na QNP 05, onde residia com a mãe Francisca da Silva Carneiro e os irmãos. O corpo chegou ao cemitério às 10h e, depois de ser encomendado pelo capelão do Exército, Agostinho Teotônio de Almeida, foi sepultado na quadra 213, com os presentes cantando o Hino Nacional. O capelão lembrou que Expedito, por coincidência, estava sendo sepultado no Dia do Soldado e disse que, agora, o rapaz é soldado da milícia celeste.

Revolta - Amparada pelos familiares, dona Francisca não parava de dizer que queria o filho de volta. A revolta aumentou ainda mais quando o PM

Wilemar Camelo da Silva, irmão de Expedito, mostrou a ocorrência policial enquadrando Reinaldo por crime de lesão corporal. Ele teme que o assassino fique impune e disse que a família irá contratar um advogado para acompanhar o processo. Wilemar contou também que o Exército abriu uma sindicância para apurar o assassinato de Expedito.

Protesto — Depois do sepultamento, que ocorreu às 10h45, os parentes e amigos de Expedito seguiram em dois ônibus para o Palácio do Buriti. Os manifestantes chegaram a ficar por vários minutos na passarela que dá acesso ao prédio e foram convencidos pelo coronel Aguiar, da Polícia Militar, a fazer o protesto na praça em frente ao palácio. Por sugestão dele, foi criada uma comissão que foi levada ao gabinete do secretário interino da Segurança Pública.

Ao receber a comissão, Darci de Souza disse que a cúpula da Secretaria de Segurança Pública e a direção da Polícia Civil querem transparência na investigação do assassinato de Expedito e que Reinaldo não será beneficiado pelo fato de ser policial civil. Quanto à ocorrência policial registrada como lesão corporal, quando na verdade ocorreu um homicídio, será alterada com aditamento e caberá à Justiça julgar o crime cometido por Reinaldo, sem nenhuma interferência de quem quer que seja, garantiu.